



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013192-75.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Arrolamento Comum - Sucessões**  
 Inventariante (Ativo): **Carlos Roberto de Souza Paino**  
 Inventariado: **Judith Di Nardo**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

O inventariante atendeu as determinações de fls. 359/361, compreendendo a exibição das certidões negativas, **a indicação dos herdeiros na árvore genealógica, e as certidões de óbito**. Procedeu à reserva de bens, cujo valor se mostra suficiente ao atendimento do remanescente do passivo.

Diante disso, HOMOLOGO a partilha de fls. 347/357, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos. A questão do ITCMD deve ser tratada na via administrativo-tributária. Se ainda não ocorreu, encaminhe-se senha ao Posto Fiscal Estadual para efetuar o lançamento administrativo desse imposto. Competirá ao Oficial do CRI aferir, quando da qualificação do título, se o recolhimento do tributo contou com a concordância do Chefe do Posto Fiscal.

Assim que o Alvará expedido for utilizado, o inventariante encarregar-se-á do pagamento dos credores do Espólio, comprovando a quitação nos autos. Assim que o fizer, a reserva de 25% do imóvel será eliminada. Só então poderá ser expedido o formal de partilha, a ser obtido em qualquer dos Tabelionatos de Notas desta cidade, consoante as Normas da E. CGJ.

Publique e intemem-se. Oportunamente, certifique se o caso o trânsito em julgado, dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo.

São Carlos, 31 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**